

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PRÁTICA DE INTERVENÇÃO SOCIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO BAIRRO JARDIM FELICIDADE – BH/MG.

Aparecida Mendes de Paiva¹

Fernanda Carla Wasner Vasconcelos²

[1] Mestranda em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, pelo Centro Universitário Una. E-mail: cida.psico@hotmail.com.

[2] Doutora em Ciências, pela UFLA. Professora do Centro Universitário Una. E-mail: fernanda.wasner@prof.una.br.

RESUMO

Educação Ambiental (EA) tem como premissa a realização de atividades intencionais de prática social, a partir de uma ética ambiental em que o sujeito pode coletivamente estabelecer valores sociais e atitudes voltadas para a preservação do meio ambiente. Este artigo teve como objetivo descrever a experiência da participação da comunidade do Conjunto Jardim Felicidade, região Norte de Belo Horizonte, na transformação do lixão em um jardim. Como metodologia, foram adotadas a revisão da literatura, entrevista semi-estruturada, análise de conteúdo de acordo com Bardin e o uso de fotos e registros do acervo da pesquisa. Os resultados apontam para o fato de que a participação ativa da comunidade no processo de construção de uma intervenção local gera maior comprometimento e participação da comunidade.

Palavras-chave: Educação ambiental. Participação comunitária. Intervenção social.

ABSTRACT

Environmental Education (EA) is premised on the realization of intentional activities of social practice, based on an environmental ethic in which the subject can collectively establish social values and attitudes aimed at preserving the environment. This article had the objective of describing the experience of the community participation of Conjunto Jardim Felicidade, northern region of Belo Horizonte, in the transformation of the dump into a garden. As a methodology, the literature review, semi-structured interview, content analysis according to Bardin and the use of photos and records of the

researcher's collection were adopted. The results of the research point to the fact that the active participation of the community in the process of construction of a local intervention generates greater commitment and participation of the community.

Keywords: Environmental education. Community participation. Social intervention.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) nasce como um processo educativo que direciona a um saber ambiental norteado por valores éticos e de regras políticas de relacionamento social e de mercado, que incidem sobre questões acerca da distribuição entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso dos recursos naturais. Portanto, ela deve ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e co-responsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais (SORRENTINO, 2005).

O objetivo desse artigo é descrever a experiência da comunidade do Conjunto Jardim Felicidade, situado na região Norte de Belo Horizonte em que, a partir das ações intencionais da EA (BRASIL, 2012), conseguiu transformar um local de despejo inadequado de resíduos sólidos (popularmente denominado lixão) que incomodava a população local, há 20 anos, em um ambiente urbano de maior e melhor qualidade socioambiental, um jardim.

Como procedimentos metodológicos, realizou-se pesquisa documental no material utilizado na elaboração do projeto executado no Conjunto Jardim Felicidade, no período de 2014 a 2016, a saber: histórico das reuniões com a comunidade, registros fotográficos, transcrições dos grupos focais e tabulação dos questionários obtidos junto aos 136 moradores e comerciantes do entorno desse lixão, visto a integração de uma das autoras diretamente nessas ações junto aos moradores e à algumas instituições públicas e privadas que atuam no bairro.

Esse artigo traz uma breve revisão de literatura sobre as temáticas que embasaram a prática de intervenção no bairro, Conjunto Jardim Felicidade, bem como a estruturação desse artigo, a saber: educação ambiental, educação ambiental como prática de intervenção social e participação comunitária.

O relato dessa experiência está subdividido nas seguintes seções, a saber:

A primeira parte aborda como ocorreu o processo de elaboração, planejamento e execução desse projeto desde a retirada do lixo desse local até a transformação do espaço em um jardim, propiciando o reaparecimento da vegetação natural nesse local. Os participantes foram incentivados a falar abertamente sobre as questões que os incomodavam no bairro. Para isso, foi utilizada a técnica de *Brainstorming* ou tempestade de ideias, que é uma técnica aplicada quando se pretende explorar o potencial de ideias de um grupo de maneira criativa e com baixo risco de atitudes inibidoras (BUCHELE et al., 2017). Após esse primeiro encontro, foram realizados outros momentos em que se usou a técnica do grupo focal (BUSANELLO et al., 2013).

A segunda parte inicia-se com o relato de experiência e contextualiza o bairro e seus sujeitos, compreendendo a importância dessas ações bem como as expectativas dos moradores em relação ao projeto desenvolvido. Para isso, realizou-se uma revisão de literatura em artigos e em sites governamentais. Em seguida, o processo de elaboração, planejamento e execução do projeto intitulado “Rua Saudável: meu lixo, minha responsabilidade”, foram apresentados à comunidade. Observa-se que a culminância desse projeto foi a transformação do lixão em jardim.

Os impactos socioambientais da transformação do lixão em jardim na vida dos moradores, após um ano e seis meses, estão descritos na terceira parte. Nessa etapa foram realizadas entrevistas semiestruturadas, dando ao entrevistado a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto (BONI e QUARESMA, 2005). Esses dados foram transcritos e submetidos à análise de conteúdo proposta por Bardin (2016).

A quarta e quinta partes apresentam os resultados da pesquisa e as considerações finais, respectivamente.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Educação Ambiental (EA) como prática de intervenção social e participação comunitária

Este trabalho traz a concepção da Educação Ambiental (EA), sob a perspectiva apresentada por Reis e colaboradores que discorre sobre a EA, como instrumento de intervenção socioambiental eficaz na superação dos problemas existentes na sociedade atual. Compreende o meio ambiente como “lugar em que se vive (para conhecer, explorar e aprimorar) – Conhecer, explorar e redescobrir o lugar em que se vive, ou seja, tentar mudar atitudes cotidianas para uma vida mais sustentável e consciente.” (REIS, SEMÊDO e GOMES, 2012, p.49).

A EA como uma dimensão da educação constitui uma atividade intencional da prática social que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social, em relação à natureza e aos outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena nos âmbitos social e da ética ambiental (BRASIL, 2012).

Por meio dessas práticas sociais, direcionadas pelos princípios da ética ambiental, o sujeito e também um grupo de sujeitos podem coletivamente estabelecer valores sociais e atitudes orientadas para a preservação/conservação do meio ambiente, buscando conjuntamente o bem comum que são fundamentais a uma vida de qualidade e sustentável em suas dimensões (BRASIL, 2012).

Nesse aspecto, Sato (2003) assevera que a EA é um processo de reconhecimento de valores e elucidação de conceitos, que visa desenvolver habilidades e modificar as atitudes do homem em relação ao meio, visando entender essas relações e suas culturas. A EA também está relacionada ao modo como as pessoas tomam suas decisões e à ética que as conduzem na busca por melhoria na qualidade de vida, conforme assinala a autora,

a tarefa da Educação Ambiental é reconstruir uma nova ética capaz de comportar a tensividade e o diálogo, recuperando o movimento das mãos e das mentes de cada sujeito ecológico. Nesta ciranda epistemológica, o movimento terá início quando realmente compreendermos que a Educação Ambiental exige um esforço multissetorial para poder cumprir, pelo menos em parte, os desafios da humanidade. (SATO, 2003, p.15).

Nesse contexto, a educação ambiental da comunidade com o intuito de capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente constitui princípio da Lei nº 6.938 de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e versa sobre preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida (BRASIL, 1981).

É com esse sentido de reconstrução de uma ética que permita a tensividade e o diálogo em estratégias que incluam sujeitos ecologicamente conscientes e cidadãos ativos que a EA surge como política pública no Brasil, a partir da Lei nº 9.795 de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

A PNEA apresenta o caráter não formal da EA e propõe ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da sociedade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade ambiental (BRASIL, 1999). Para fortalecer a Política e o Programa Nacional de

Educação Ambiental, em 2014, foi divulgado o documento, Educação Ambiental por um Brasil Sustentável que destacou o processo educativo como dinâmico, integrativo, permanente e transformador porque possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades de forma participativa que remete a uma das dimensões da EA que é o seu caráter não formal (BRASIL, 2014).

Nesse contexto, Colman, Van Dal e Brenzam Filho (2015) evidenciam que a sensibilização é o primeiro passo para se alcançar o pensamento sistêmico sobre a dimensão socioambiental em caráter educativo e compreende o processo de alerta que diz respeito a relação do indivíduo com ele mesmo, com os outros e com o ambiente ao seu redor.

É necessário, além da sensibilização, haver também a conscientização do indivíduo, já que esta implica diretamente na relação do indivíduo para como o Outro e parte do pressuposto de que é necessário conscientizá-lo para que em seu agir sobre o meio, ele atue de maneira responsável (REIS, SEMÊDO e GOMES, 2012), em detrimento a um agir inapropriado que desconsidere as especificidades do ecossistema.

Esse agir do homem sobre o meio, que nem sempre é feito de maneira adequada e nem sempre leva em consideração as especificidades do ecossistema, pode não estar atrelado a irresponsabilidade deste para com o meio, mas pode ocorrer devido à falta de conhecimento, de entendimento e de conscientização das práticas de preservação e cuidado com o meio, o que remete a importância da sensibilização e da conscientização, nesse processo de enfrentamento às questões ambientais e sociais (SORRENTINO, 2005; REIS, SEMÊDO e GOMES, 2012; COLMAN, VAN DAL e BRENZAM FILHO, 2015). Esses fatos estão em consonância com o estudo de Reigota (2009) que destaca as tendências da EA,

uma busca-se transformar o indivíduo, na outra, busca-se transformar o indivíduo e a sociedade. Desse modo, a primeira tendência apoia-se nas consequências da degradação ambiental, tendendo ao desenvolvimento da conscientização por doutrinação e/ou alienação. A segunda tendência, por sua vez, focaliza-se nas causas e consequências da degradação ambiental, buscando o desenvolvimento da conscientização crítica, política e deliberada do sujeito em todas as suas dimensões. De acordo com o autor, a primeira

tendência direciona-se à conservação do status quo da sociedade, enquanto a segunda, busca a sua transformação.

Segundo Colman, Van Dal e Brenzam Filho (2015), a EA é também importante ferramenta para mobilização da participação comunitária, focalizando a mudança de percepção da comunidade em relação aos problemas socioambientais e de que maneira essa mudança de percepção pode contribuir no desenvolvimento da consciência e sensibilidade desses indivíduos com relação aos problemas locais e, até mesmo, aqueles em escalas globais.

Partindo dessa premissa, a EA como prática de intervenção social e participação comunitária tem um importante papel a cumprir qual seja a integração entre as esferas subjetivas e intersubjetivas presentes nas relações entre humanos e entre estes e o meio ambiente. Através da EA, podem-se criar espaços de convivência que promovam a participação coletiva, a reflexão crítica e o diálogo entre os sujeitos envolvidos destacando “a importância de contextos reais de vida e de práticas cotidianas na tessitura de conhecimentos capazes de mudar a realidade social” (JACOBI, TRISTÃO e FRANCO, 2009, p.73).

Dessa maneira, a experiência vivenciada pelos moradores do bairro Conjunto Jardim Felicidade, a partir da intervenção que utilizou a EA como ferramenta transformadora, demonstra o potencial que esta prática tem na criação de processos colaborativos e participativos de resolução de problemas locais, nesse caso, o lixo. E ainda, se engendra a possibilidade de elaboração de ações inovadoras de práticas ambientais, quando oportuniza o diálogo aberto e o respeito, valorizando as multiplicidades de saberes e experiências que cada sujeito tem.

3. RELATO DA EXPERIÊNCIA

O Conjunto Jardim Felicidade, bairro da região Norte, do município de Belo Horizonte, Minas Gerais, se formou em 1987, no loteamento construído sob o terreno da antiga Fazenda Tamboril, desapropriado pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) em 1986. Sua construção foi motivada por reivindicação da Associação de Moradores de Aluguel de Belo Horizonte (AMABEL).

Os lotes foram doados à população inscrita e distribuídos através de um sorteio feito pela AMABEL, com a ajuda do Padre Piggi, que também atuava na

região do bairro Primeiro de Maio. Ocuparam o local, famílias dos bairros Primeiro de Maio, Aarão Reis, Suzana, Floramar, São Bernardo, Lagoa e região, indicadas pela AMABEL e pelo Padre Piggi.

As moradias do bairro foram construídas em regime de semi mutirão, cujo loteamento iniciou com cerca de 3.000 habitações, instaladas em lotes de 160m². A ocupação foi dividida em quatro setores, sendo que o primeiro abarcava as ruas de um a dez; o segundo, da Rua 11 a Rua 35 e os setores três e quatro, até a Rua 68 (URBEL, 2002).

Após a vinda das primeiras famílias para o local, ocorreu a ocupação desordenada do Conjunto Jardim Felicidade que ocasionou impactos socioambientais para essa região. Algumas das famílias que migraram para o bairro fixaram suas moradias em áreas de risco, como morros ou espaços íngremes e às margens do córrego Tamboril – principal córrego que atravessa o bairro. A alocação de moradias nestes lugares trouxe e, ainda traz aos moradores, constantes problemas socioambientais, como assoreamento, perda de vegetação ciliar e enchentes (SILVA e GOMES, 2013).

Apesar dos diversos problemas que os moradores do Conjunto Jardim Felicidade têm enfrentado desde a sua fundação, é possível perceber que o mesmo é formado por uma comunidade que tem potencial e engajamento no que tange à busca pela melhoria do bairro.

Foi pensando nestas potencialidades e a partir das queixas de algumas pessoas que moravam próximo aos lixões que se formavam aleatoriamente em diferentes espaços nesse bairro, que surgiu a ideia da elaboração de um projeto junto à essa comunidade, propondo atividades que contribuíssem para a conscientização do cuidado com o meio ambiente, com o objetivo de sensibilizar a comunidade de que o acúmulo e a falta de tratamento do lixo podem acarretar doenças como a leptospirose, alergias, infecções intestinais devido à proliferação de vetores. A seguir, o relato dessa experiência.

3.1 Elaboração, planejamento e execução do projeto que culminou na transformação do lixão em jardim, na avenida principal do Conjunto Jardim Felicidade

No ano de 2014, foi realizada no Conjunto Jardim Felicidade, uma reunião comunitária, com objetivo de identificar os fenômenos socioterritoriais que impactavam negativamente o desenvolvimento do bairro e o fortalecimento

dos vínculos sociais e comunitários das famílias, com vista a efetivar uma das metodologias do serviço socioassistencial com famílias no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Jardim Felicidade (AFONSO; FADUL, 2014).

Para esse encontro, foram mobilizadas algumas das famílias atendidas e acompanhadas no CRAS e as lideranças comunitárias do bairro, totalizando vinte e cinco pessoas. O encontro foi agendado para o mês de maio de 2014 e compareceram sete pessoas, sendo quatro mulheres (famílias atendidas pelo CRAS) e três homens (líderes comunitários) (Figura 1).

Figura 1: Primeiro encontro com famílias e líderes comunitários do bairro Jardim Felicidade.



Fonte: Dados da pesquisa.

Esse primeiro encontro foi muito rico apesar do baixo número de participantes. Foram identificados fenômenos desafiadores e que causavam inquietação naquele grupo, tais como: violência no território; ausência ou ineficiência de serviços públicos, principalmente para os jovens; itinerário dos ônibus e o alto índice de lixões espalhados pelo bairro.

Após serem elencadas essas situações, solicitou-se que o grupo presente mencionasse qual seria a sua maior preocupação bem como a da comunidade. Depois de longa discussão, visto os pontos convergentes e divergentes existentes entre os participantes sobre as principais demandas do bairro, o grupo presente relatou que o maior problema era os lixões, principalmente, aquele situado na Avenida Fazenda Velha, por ser próximo a

área comercial e aos pontos finais das duas linhas de ônibus que transportavam as pessoas no bairro, conforme apresentado na figura 2.

Figura 2: Áreas com descarte inadequado de resíduos sólidos (lixo).



Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: À esquerda, espaço delimitado para jardim.

De acordo com os participantes, a situação dos lixões, além de expor a comunidade a doenças, ainda lhes causava constrangimentos e prejuízos aos comerciantes locais, devido ao mau cheiro e ao alto índice de roedores, escorpiões e aranhas.

Após elencado esses problemas, foram evidenciadas por esse grupo algumas ações para minimizá-los, ou mesmo, corrigi-los, a saber: (i) elaboração de um projeto para recuperação dessa área; (ii) mobilização de mais pessoas para participar das ações de limpeza do bairro e (iii) apresentação do projeto para os membros da rede de moradores e lideranças locais a fim de agregar parceiros.

Esse projeto foi elaborado com a participação dos membros da comunidade que estiveram presentes nesta reunião e com alguns representantes da rede de moradores que se reuniram na semana seguinte, no espaço delimitado para se fazer o jardim (Figura 3).

Figura 3: Reunião com moradores e comerciantes no local a ser implantado o jardim.



Fonte: Dados da pesquisa.

O projeto intitulado “Rua saudável: meu lixo, minha responsabilidade”, foi recebido pelos moradores, lideranças e instituições locais com entusiasmo e tinha como objetivos: (i) estimular a EA no Conjunto Jardim Felicidade; (ii) promover ações de conscientização dos moradores sobre os problemas oriundos do lixo; (iii) incentivar práticas saudáveis de relação e percepção ambiental; (iv) melhorar a autoestima e a qualidade de vida dos moradores. Para atender a esses objetivos, utilizou-se a técnica de grupo focal (BUSANELO et al., 2013), conforme apresentado na figura 4.

Os grupos focais foram realizados para que os moradores envolvidos pudessem refletir sobre a problemática levantada e planejarem juntos, as ações para mitigação dos problemas evidenciados no momento anterior.

Figura 4: Registro de um dos encontros do grupo focal na comunidade.



Fonte: Dados da pesquisa.

Foram realizados oito encontros, para o grupo focal, em que foi possível perceber o envolvimento de cada participante, tanto nas reflexões que se faziam a partir da problemática do lixo no bairro quanto nas sugestões de ações que poderiam ser realizadas para solucionar tal problema. Das sugestões dadas pelo grupo, citam-se algumas:

- *“Colocar arame onde é descartado o lixo e plantar muda de árvores.” (morador E.F.).*
- *“Falar com os comerciantes para ajudar a gente a vigiar o local, porque eles ficam o dia todo vendo.” (morador A.S.D.).*
- *“Pedir a Prefeitura pra fiscalizar, dar multa em quem tá jogando lixo aqui.” (morador T.C.X.).*
- *“Ir na casa das pessoas e chamar pra nossas reuniões.” (morador V.J.).*
- *“Dar um apito daqueles que usa na Academia da Cidade, pros moradores aqui perto, ai quando um vê alguém jogando lixo, ele começa a apitar e todo mundo começa a apitar também, aí a gente assusta quem tá jogando o lixo.” (morador Z.S.S.).*

A partir das sugestões dadas pelos participantes no grupo focal é que se planejou e executou a retirada do lixão e o plantio do jardim. A ideia do uso dos apitos foi bem interessante uma vez que alguns moradores relatavam o medo de represálias por parte daqueles que estavam jogando o lixo e, dessa maneira, não se evidenciaria quem estava fiscalizando.

As ações desenvolvidas no projeto, Rua Saudável: meu lixo, minha responsabilidade, no período de agosto de 2014 a janeiro de 2016 foram organizadas pelo grupo de acordo com o exposto no quadro 1.

Quadro 1: Ações propostas para o projeto:

Rua Saudável: meu lixo, minha responsabilidade

AÇÃO	METODOLOGIA	PRINCIPAIS RESULTADOS
Apresentação do grupo: Não jogue lixo: jogue capoeira.	Distribuição de panfletos e divulgação do projeto a todos que chegavam para assistir à roda de capoeira.	Assistiram a roda de capoeira cerca de 60 moradores.
Aplicação de questionário para diagnóstico sobre o fenômeno dos lixões.	O questionário foi elaborado pelos membros da rede de moradores, confeccionado pela URBEL e aplicado nas casas que ficavam próximas aos lixões. Foi realizado na semana que antecedeu o evento.	Foram aplicados 136 questionários.
Distribuição de panfletos informativos.	Foram distribuídos panfletos contendo informações sobre dias de coleta de lixo, contatos dos carroceiros que atuam no bairro e endereço das URPV, confeccionados pela SLU e pelo CRAS.	Foram entregues cerca de 150 panfletos à comunidade.
Elaborar uma relação dos carroceiros do bairro. Bate papo - Conversa: sobre o projeto, a importância da conservação do espaço.	Realização de um encontro com os carroceiros nas unidades de URPV, a fim de orientá-los sobre não jogar o entulho em locais inadequados e incluí-los na lista de divulgação de serviços da comunidade.	Foi feita a relação de 12 carroceiros que atuavam no bairro que se comprometeram em colaborar com o projeto e levar os entulhos recolhidos nas casas para as URPV.
Elaborar relação dos recicladores de bairro.	Relação das pessoas que utilizam a reciclagem como fonte de renda: (i) Levantamento do nome, contato, atividade que realiza e materiais de que necessita. (ii) Confeccionar um material de divulgação dessas pessoas com as informações coletadas.	Apenas uma recicladora foi relacionada e assumiu o compromisso de colaborar com essa ação.
Oficinas de horta suspensa, reciclagem.	Oficina de horta suspensa oferecidos pela SLU, oficina de artesanato com matérias recicláveis.	- Foi realizada no CRAS, a oficina de horta suspensa com a participação de 15 pessoas. - Oficina de artesanato contou com a participação de 12 mulheres e foi realizada no CRAS.
Apresentações artísticas (música, teatro, dança) Exposição dos trabalhos produzidos pelas escolas e Fica Vivo no período do projeto Rua saudável.	Realização de evento em parceria com o SESC: Apresentações musicais com os artistas locais, aula de dança com a Academia da Cidade e teatro com o grupo Fragmentos. Exposição de trabalhos produzidos nas escolas e no Fica Vivo com temas relacionados à educação ambiental	O evento contou com a participação de aproximadamente 400 pessoas. A atividade que foi realizada pela equipe de coordenação do CRAS e contou com o apoio do SESC que promoveu a Rua de Lazer, da Academia da Cidade, que ofereceu atividades de promoção à saúde e bem estar, da cooperativa Cataunidos, que expôs diversos trabalhos de arte feitos com materiais reciclados, da Rede de Apoio ao Desenvolvimento do Jardim Felicidade e da Regional Norte.
Transformação do lixão da Avenida em jardim.	Foi feita uma cerca no local delimitado para o jardim e o plantio das mudas trazidas pelos próprios moradores.	Participaram desta ação aproximadamente 60 pessoas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Cataunidos (Cooperativa de Reciclagem dos Catadores da Rede de Economia Solidária); SESC (Serviço Social do Comércio de Minas Gerais); URPV (Unidade de Recolhimento de Pequenos Volumes); SLU (Serviço de Limpeza Urbana); URBEL (Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte); CRAS (Centro de Referência da Assistência Social).

Com o intuito de diagnosticar a situação mencionada no *brainstorming* e trabalhado nos grupos focais bem como a percepção desses moradores, foram realizadas caminhadas pelo bairro, campanhas de sensibilização através de

entrega do lixocar¹ e de panfletos com informações sobre o dia e horário da coleta do lixo e foram aplicados os questionários aos moradores e comerciantes mais próximos das áreas de lixão.

A tabulação desses questionários trouxe algumas informações significantes e que possibilitaram o direcionamento das ações e reflexões em grupo, acerca da percepção ambiental dos moradores do bairro, tais como: quando se pergunta sobre a existência de serviço de coleta no bairro, 136 pessoas responderam e dessas, 131 afirmaram que existe a coleta. Sobre o dia de coleta de lixo, dos 136 respondentes, 113 disseram saber o dia e hora da coleta do lixo o que são resultados significativos em relação à campanha efetuada.

A tabela 1 demonstra os principais resultados obtidos após a aplicação dos questionários. Destes citam-se o fato de que a maioria dos sujeitos, 96,32% afirma saber da existência do serviço de coleta em sua rua, sendo que a maior parte alega ter conhecimento dos dias dessa coleta. Outro dado significativo e que se relaciona com as informações do grupo focal e da tempestade de ideias é o fato da maioria declarar-se incomodada com a questão do lixo em locais inapropriados, ou seja, 89,71%, seguidos do relato de que outros incômodos importantes são o entulho/bota-fora nas margens do córrego e a sujeira (mau cheiro, aparência, fumaça da queima), com 37,5% e 35,3% respectivamente.

Tabela 1 – Principais resultados da pesquisa realizada nas residências.

Sabe se existe o serviço de coleta na sua rua?		
Sim	131	96,32%
Não	1	0,75%
Não sabe	4	2,94%
Total	136	100,00%
Quais os dias de coleta de lixo na sua rua?		
2ª, 4ª, 6ª	85	62,50%
3ª, 5ª, sábado	28	20,59%
Todos os dias	4	2,94%
Outros	9	6,62%
Não sabe	5	3,68%
Não respondeu	5	3,68%
Total	136	100,00%
A questão do lixo de incomoda?		
Sim	122	89,71%
Não	14	10,29%
Total	136	100,00%
O que mais te incomoda na questão do lixo?		
Sujeira (mau cheiro, aparência, fumaça da queima).	48	35,30%
Danos à saúde (pragas, meio ambiente).	15	11,03%
Questões de limpeza urbana (horário, varrição, ausência coleta, falta de lixeiras, capina, lixo deixado).	3	2,20%
Lixo colocado fora do dia e horário.	11	8,09%
Entulho/bota-fora nas margens do córrego.	51	37,50%
Outros (pessoas de fora que jogam lixo, animais que espalham o lixo, falta de respeito e consciência).	5	3,68%
Não sabe	1	0,73%
Não respondeu	2	1,47%
Total	136	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

Os referidos resultados apontam para o fato de que, quando as pessoas possuem uma consciência ambiental limitada, então podem exibir uma relação descompromissada de cuidado e preservação com esse meio. E isso faz parecer normal para algumas pessoas o jogar seu lixo em ambientes naturais, como é o caso das margens do córrego Tamboril no Conjunto Jardim Felicidade. Seguindo essa lógica, reforça-se a necessidade de criar ações que melhorem a conscientização ambiental, e nisso a EA como ferramenta de intervenção tem muito a contribuir (DIAS; LEAL; CARPI JUNIOR, 2016).

4. Ação de transformação do lixão em jardim.

Como um dos resultados das ações realizadas desde maio de 2014, no dia 16 de janeiro de 2016, aconteceu a transformação do lixão em jardim, no ponto identificado pelos moradores como o mais crítico, devido a sua localização e prejuízos para os comerciantes do entorno, conforme ilustrado na figura 5.

Figura 5: A transformação do lixão em jardim.



Fonte: Dados da pesquisa.

A mobilização para o plantio foi feita a partir de uma caminhada pelas ruas do bairro em que alguns moradores envolvidos nesse projeto, fizeram faixas e saíram com apitos convidando a comunidade para participar. Nesta caminhada participaram aproximadamente 60 pessoas e foi seguida pelo plantio de mudas, doadas pela própria comunidade, no local delimitado e cercado pelos moradores conforme a figura 6.

Figura 6: Caminhada junto com a comunidade para mobilização.



Fonte: Dados da pesquisa.

Após o plantio das mudas, foi realizada a entrega do jardim para a comunidade e foram apresentadas as pessoas que voluntariamente se

dispuseram a cuidar do jardim. Os voluntários foram três comerciantes e alguns moradores. A figura 7 retrata a ação de entrega do jardim após o plantio.

Figura 7: Entrega do jardim para a comunidade.



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme observado por Machado e Vasconcelos (2015), o descaso da população para com seu próprio lixo e o fato da sociedade responsabilizar somente à administração pública pela limpeza urbana é um problema antigo. No entanto, através dessa intervenção realizada junto à comunidade do conjunto Jardim Felicidade fica evidente que, quando a comunidade é provocada e estimulada a *fazer junto*, as transformações na realidade local acontecem e ocorrem melhorias na qualidade de vida.

4.2 Impactos da transformação do lixão em jardim na vida dos moradores do Conjunto Jardim Felicidade após um ano e seis meses.

Com o objetivo de conhecer os impactos causados na vida dos moradores, comerciantes e pessoas envolvidas nas ações que culminaram na mitigação do lixão, na Avenida Fazenda Velha, realizaram-se entrevistas com três comerciantes e dois residentes vizinhos ao local do antigo lixão, escolhidos por serem os sujeitos afetados diretamente pelo lixão.

Cada entrevistado respondeu livremente as questões: (i) Há quanto tempo você convivia com o lixão? (ii) Quantas vezes você já participou de movimentos que tinham como objetivo acabar com este lixão? (iii) Quem convidou você para estes movimentos? (iv) Quais os maiores prejuízos que você tinha com o lixão aqui? (v) O que mudou em sua vida, após a transformação do lixão em jardim? (vi) O que você tem ouvido falar sobre a retirada do lixão deste local?

Após a análise das entrevistas, verificou-se que três moradores afirmaram terem coexistido com a presença do lixão nesse local, durante 20 anos; dois moradores, a menos de dez anos.

Quanto à participação em alguma ação para resolver esse problema, dois moradores disseram que nunca participaram; dois disseram que tentaram antes e não deu certo; três disseram ser a primeira vez que são convidados a participar e os cinco responderam que depois de terem sido convidados para participar desse Projeto, se envolveram outras vezes mais. As falas estão ilustradas a seguir:

- *“Este lixão tem uns 20 anos que ele ta ai. Antes de ter o bar aqui eu nem ligava, porque eu morava lá do outro lado do bairro, depois da escola. Mas depois que eu montei o bar aqui, em frente é que eu comecei a ver como era ruim o lixão e isso tem uns 10 anos mais ou menos.” (ENTREVISTADO 3).*

- *“Desde que eu mudei pro felicidade. tem 10 anos. Eu moro na rua de trás ali.” (ENTREVISTADO 1).*

Quanto aos prejuízos e incômodos que o lixão trazia aos moradores do bairro, quatro disseram ser o mau cheiro, o causador dos incômodos e prejuízos nas vendas e três apontaram os ratos como maior aborrecimento. Também foram assinalados o medo de doenças, os mosquitos, a vergonha do lugar, a presença das baratas, o desrespeito e o córrego sujo.

- *“Olha eu vendo salgado aqui no bar, vendo cerveja e tira gosto. O que mais me prejudicava era quando o lixão tava muito cheio e vinha aquela mosquitada e aquele cheiro horrível. Muitas vezes, os freguês me falavam que não tava dando para agüentar e ia embora. Então, é nisso que prejudicava, né?” (ENTREVISTADO 3).*

- *“Então, era o cheiro ruim mesmo. Principalmente, quando o Sol esquentava muito e tava muito cheio, o cheiro era terrível. E tinha muito rato nas casas isso também era ruim e não adiantava jogar remédio pros ratos não. Eles pareciam era gato. E quando o córrego enchia com as chuvas era terrível porque carregava o lixo pra dentro do córrego e entupia fazendo feder mais”. (ENTREVISTADO 5).*

Para a questão referente às possíveis mudanças em suas vidas, após a transformação do lixão em jardim, os três comerciantes entrevistados disseram terem tido aumento nas vendas e na renda; dois disseram que as ruas ficaram mais bonitas. Outros itens também foram mencionados, tais como, satisfação por não serem mais estigmatizados de morar no lixão; aumento da convivência no ponto final do ônibus; não terem mais vergonha de morar no bairro e o jardim trouxe vida para o local, conforme depoimento a seguir.

- *“Mudou demais uai! Olha aqui para você ver, hoje eu vendo o geladinho e vendo até salgadinho aqui no final do ônibus. E estou ajudando a cuidar do jardim que nós fizemos igual eu falei que ia fazer. Essas plantinhas e essas árvores aqui olha foi eu que plantei e mandei cimentar aqui em volta tudo, por minha conta e coloquei esses banquinho de árvore aqui pras pessoas comer sentada. E*

agora eu venho pra cá todo dia, só não venho quando estou doente, mas ai meu filho vem. Ficou bom demais.” (ENTREVISTADO 2).

Ao serem perguntados sobre o que eles têm escutado das outras pessoas sobre essa transformação, os cinco entrevistados responderam que as pessoas falam que está bom. Entretanto, outras abordagens também apareceram, a saber, ficou melhor para esperar o ônibus; não acreditam que ali era um lixão. Aspectos negativos também foram mencionados, tais como, uma moradora critica a ação dizendo que o lixo foi para outro local. Outra diz que tinha que ter acontecido antes, tem medo de que o lixão retorne e que outros moradores têm feito a mesma coisa em outros locais onde existia lixão.

- “Só coisa boa. As pessoas nunca imaginava que o lixão ia acabar aqui, porque já tinha muitos anos ele aqui. Teve gente que já nasceu com o lixão aqui e nunca viu o que era antes. Graças a Deus agora tá bom aqui.” (ENTREVISTADO 4).

- “Há umas pessoas falam que o lixo foi tirado daqui e foi colocado no outro lugar. Outras falam que foi a melhor coisa que aconteceu aqui no final do ônibus, porque quando chega aqui já caía direto no lixão. Tem gente que só sabe reclamar, né? Mas foi ótimo ter acabado com o lixão e ter feito o jardim aqui. Agora tem é que melhorar né? A Prefeitura tem que vir aqui fazer as melhorias. Prá ficar melhor ainda. Mas o lixo desde aquele dia que a gente plantou o jardim, nunca mais teve.” (ENTREVISTADO 3).

A intervenção realizada junto à comunidade do Conjunto Jardim Felicidade reafirma a Educação Ambiental (EA) como prática de intervenção social capaz de auxiliar as pessoas e comunidades em geral, a adquirir maior sensibilidade e consciência do meio ambiente como um todo e de seus mais diversos e complexos problemas. Além de ajudar os indivíduos e grupos sociais a obter valores sociais e interesse pelo meio ambiente, de maneira que, estes indivíduos e grupos se sintam impulsionados a participar ativamente na sua proteção e melhoria e ainda a mobilizarem outros indivíduos à participação (UNESCO, 1975), como foi o caso da experiência vivida pelos moradores e comerciantes do bairro Jardim Felicidade, em virtude da transformação do lixão em jardim.

É válido destacar que durante todo o processo que culminou na transformação do lixão em jardim, os princípios da EA (BRASIL, 1999) foram observados e colocados em prática, desde o levantamento da demanda por parte da própria comunidade até a construção do projeto - Rua saudável: meu lixo minha responsabilidade - e execução do que fora planejado. Nesse sentido, assevera-se que a EA foi e tem sido para esta comunidade um

processo educativo de ensino e aprendizagem que precisa ser contínuo e permanente, baseado em observações, experiências e reflexões críticas e conscientes acerca das questões socioambientais. (SUDO; LEAL, 1998).

Ademais, este relato de experiência demonstra através de fatos empíricos que a EA pode provocar a produção e a transformação de conhecimentos em atitudes reais que levem aos envolvidos a refletirem e apreenderem os problemas em uma dimensão mais profunda e se tornarem protagonistas em ações que culminem na transformação e melhoria da qualidade de vida. (EIRAS; CRISPIM, 2015)

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho demonstrou ser a Educação Ambiental, uma importante ferramenta de sensibilização e conscientização dos moradores do Conjunto Jardim Felicidade em relação ao meio ambiente e indispensável na intervenção social e na promoção do engajamento e participação comunitária. Entende-se que a aprendizagem não formal também é um elemento necessário na sensibilização e na conscientização dos indivíduos e grupos na mudança da forma de sua participação nas práticas sociais e no processo do sujeito de tornar-se um membro pleno, engajado socialmente nas ações comunitárias (ALMEIDA, 2014).

A coleta das informações junto aos moradores acerca dos impactos da transformação do lixão em jardim demonstrou que a participação ativa dos sujeitos, por meio de uma proposta de educação ambiental reflexiva “centrada nos *saberes e fazeres* construídos *com* e não *para* os sujeitos aprendentes e ensinantes” (JACOBI, TRISTÃO, FRANCO, 2009, p.67), são mais eficazes. Isso pode ser visto nos relatos de que, após participarem ativamente na elaboração do projeto, eles afirmam terem tido mais disposição para participar de outras ações na comunidade, além de darem continuidade ao cuidado do espaço transformado, o jardim.

A experiência relatada diz respeito não só a transformação do lixão em jardim, mas a todo o processo ocorrido até que isso acontecesse. Os encontros organizados para planejamento das ações possibilitaram momentos de discussão e reflexão acerca das questões referentes à percepção ambiental como um todo. O que foi transformado em prática por parte dos moradores e obteve um resultado satisfatório no que tange a essas questões em que eles apresentavam como demanda e inquietação: a baixa autoestima, os prejuízos dos comerciantes locais, o medo de doenças provenientes dos vetores. Nisso a

intervenção social, tendo como ferramenta a EA e seus princípios (BRASIL, 1999) tiveram grande contribuição para o sucesso desse projeto.

Das dificuldades encontradas para realização desse Projeto, citam-se (i) a dificuldade da comunidade em aderir às ações em razão de experiências passadas frustradas no tocante à retirada do lixão daquele lugar; (ii) a morosidade do poder público em realizar algumas ações necessárias para andamento do projeto, como a retirada do lixão e desobstrução do córrego Tamboril. As estratégias utilizadas para rescindir estas dificuldades foram: (i) a escuta ativa das demandas da comunidade, por parte da proponente da intervenção; (ii) a atenção e retornos pontuais a todas as questões que o grupo apresentava, ainda que fossem retornos negativos; (iii) o respeito às diversidades locais; (iv) a tomada de decisão sempre baseada no respeito e no compartilhamento; (v) a insistência e persistência exercida junto à administração pública para que houvesse atendimento das demandas apresentadas com e pela comunidade; e, principalmente, (vi) a construção de parcerias com instituições públicas e privadas do bairro.

Entretanto, a despeito de todas as dificuldades encontradas, percebeu-se durante a execução do projeto, o desenvolvimento da autonomia da comunidade em relação à sensibilização, tomada de consciência e práticas socioambientais. Nesse sentido, a EA como ferramenta de intervenção foi imprescindível no projeto: Rua saudável: meu lixo, minha responsabilidade, desde o planejamento até a culminância que se deu com a transformação do lixão em jardim, trazendo elementos que subsidiaram todas as ações.

Este artigo traz por meio desse relato de experiência, a intervenção social realizada no Conjunto Jardim Felicidade, junto aos moradores e conclui que é factível o uso de ferramentas como a EA na intervenção, na mobilização e na transformação social, sendo esta capaz de provocar uma reflexão mais profunda acerca das diferentes maneiras de enfrentar os problemas ambientais, proporcionando uma participação social e comunitária mais consciente, responsável e que leve em conta a subjetividade e as potencialidades dos sujeitos e dos locais envolvidos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M.L.M; FADUL, F.M. **A construção da Interdisciplinaridade no território da PNAS**: exercícios para uma psicologia da cidadania. In: ROMAGNOLI, R. C.; MOREIRA, M. I. C. O Sistema Único de Assistência Social – SUAS: a articulação entre a Psicologia e o Serviço social, seus desafios e perspectivas. Curitiba: CRV, 2014. Cap.7, p.238

ALMEIDA, E. G. Aprendizagem situada. **Texto Livre: Linguagem e Tecnologia**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 177-184, jul. 2014. ISSN 1983-3652. Disponível em:

<<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/textolivres/article/view/6097>>.

Acesso em: 30 nov. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.17851/1983-3652.7.1.177-184>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo. Ed. 70. 2016. 279p.

BONI, V; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Rev Eletr Pós-graduados Sociol Polit** [on-line]. 2005, p. 68-80.

BRASIL. Educação Ambiental por um Brasil sustentável – ProNEA, marcos legais e normativos. Documentos de referência para o fortalecimento da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Lei n.º [6.938](#), de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/L6938.htm>. Acesso em: 16 dez. 2017.

BRASIL. Resolução do CNE nº2, de 15 de junho de 2012. Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação/CNE. Disponível em: <http://conferenciainfante.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em 29 de Nov. de 2017

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 abr. 1999. Disponível em: Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em 08 mar. 2012.

BUCHELE, G. T. et al. Métodos, técnicas e ferramentas para inovação: o uso do brainstorming no processo de design contribuindo para a inovação. **Pensamento & Realidade. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração - FEA**. ISSN 2237-4418, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 61,

abr. 2017. ISSN 2237-4418. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/28373/22477>>. Acesso em: 15 dez. 2017

BUSANELLO, J. et al. Grupo Focal como técnica de coleta de dados. **Cogitare Enfermagem**, [S.l.], v. 18, n. 2, jun. 2013. ISSN 2176-9133. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/32586>>. Acesso em: 22 jul. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/ce.v18i2.32586>.

COLMAN, D. A. L.; VAN DAL, P. C.; BRENZAM FILHO, F. Os princípios da educação ambiental presentes na caminhada ecológica - estudo com alunos da educação básica. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19615_10023.pdf>. Acesso em 30 de abr. 2017

DIAS, L. S; LEAL, A. C; CARPI JUNIOR. Educação Ambiental: conceitos, metodologia e práticas (Orgs.). 1. ed. São Paulo: Tupã. ANAP, 2016. 187 p

EIRAS, R. C. F.; CRISPIM, M. C. Melhoria da conscientização ambiental como contribuição para a gestão ambiental em Santa Rita, Paraíba. Educação ambiental em ação Online. n. 62, 2017. Disponível em <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=3027>>. Acesso em 13 de jan de 2018.

JACOBI, P. R; TRISTÃO, M; FRANCO, M. I. G. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **Cadernos CEDES – Universidade de São Paulo**, São Paulo, n. 29, n.77, p. 63-79, 2009

MACHADO, VASCOLCELOS. Práticas de reciclagem de resíduos têxteis, em indústrias de reprocessamento têxtil, no município de Belo Horizonte (MG) In: SIMPÓSIO DE SOCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA, 5, 2015, Belo Horizonte. *Anais...* Programa de pós-graduação em gestão social, educação e desenvolvimento local. Diferentes concepções e práticas de gestão social. Belo horizonte: UNA, 2015. p.273 – 285

REIGOTA, M. O que é educação ambiental. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

REIS, L. C. L.; SEMÊDO, L. T. A. S.; GOMES, R. C. **Conscientização Ambiental: da Educação Formal a Não Formal**. Vassouras, v. 2, n. 1, 2012, p.

47-60. Disponível em <
<http://www.uss.br/pages/revistas/revistafluminense/v2n12012/pdf/005-Ambiental.pdf>>. Acesso em 29 abr. 2017.

SATO, M. **Educação Ambiental na Escola**: abordagens conceituais. In: ZAKRZEVSKI (orgs). Erechim/RS: Edifapes, 2003, 132 p.

SILVA, J. A. R.; GOMES, M. C. **Jardim Felicidade**: Várias histórias em uma história. 1 ed. Belo Horizonte: o Lutador, 2013. 128p.

SORRENTINO, M. et al. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.

SUDO, H.; LEAL, A. C. Geomorfologia e Educação Ambiental. Florianópolis: **Geosul**, vol. 14, n.º 27, p. 614-617, novembro, 1998 (Edição Especial).

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. A Carta de Belgrado: uma estrutura global para a educação ambiental. Belgrado:

UNESCO, 1975. Disponível em:<
http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/crt_belgrado.pdf>. Acesso em: 13 de jan de 2018.

URBEL, 2002 URBEL, Plano Global Específico, 2002.